



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI**

# **PROJETO BÁSICO**

**EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA DE  
RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS**

**Carauari/AM, Abril 2026**

*Michael de Souza Bentes  
Engenheiro Civil - CREA 5511-D AM/RR*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI

### 1. OBJETIVO

A Prefeitura Municipal de Carauari-AM apresenta projeto básico de engenharia de **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS** para promover a reabilitação funcional das estradas vicinais por meio da execução de serviços de engenharia que assegurem condições adequadas de uso ao longo de todo o ano, aumentando a eficiência da mobilidade rural, reduzindo interrupções de tráfego e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades atendidas.

### 2. APRESENTAÇÃO

#### 2.1 MUNICÍPIO

O Município de Carauari localiza-se no sudeste do Amazonas, pertencente à mesorregião do sudeste amazonense e microrregião do Juruá, com uma população total estimada, em 2021, pelo IBGE de 28.719 habitantes.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI**

### **2.2 CONTRATANTE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI, localizada na Rua André Costa Pereira, 148, centro, Carauari, Amazonas, inscrita no CNPJ sob o No 04.530.044/0001-84, fone (097) 3491-1709.

### **2.3 RESPONSÁVEL TÉCNICO (Projeto Básico)**

MICHAEL DE SOUZA BENTES, engenheiro civil, CREA 5.511- D/AM-RR, residente a Rua Nova Olinda, 87, Jardim Petrópolis, Manaus, Amazonas, inscrito no CPF sob o No 436.500.402-63, Fone (092) 99127-4583, e-mail michael.bentes@gmail.com, apresenta à Prefeitura Municipal de Carauari, Projeto Básico para **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS**.

### **2.4 ÁREA DE ABRANGÊNCIA**

A área de interesse deste projeto é a zona rural do município de Carauari.

## **3. PRAZO DE EXECUÇÃO**

O prazo para execução será de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço ou assinatura do Contrato.

## **4. ORÇAMENTO**

Este orçamento foi elaborado levando-se em consideração as composições de preços, preços de insumos de mão de obra, ferramentas, materiais, combustíveis e equipamentos constantes da tabela de preços do SINAPI e DNIT, OT – IBR 004/2012, Resolução 361/91 – CONFEA e Norma Técnica IE – No 01/2011.

<b>CUSTO TOTAL DA OBRA:</b>
R\$ 1.692.171,06 (Um milhão, seiscentos e noventa e dois mil, cento e setenta e um reais e seis centavos)



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI**

### **5. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A obra será executada obedecendo a todas as prescrições contidas nas Normas Técnicas, Especificações e Métodos de Ensaio da ABNT.

Será de responsabilidade da contratada a elaboração dos projetos padrão executivos de arquitetura e de todos os projetos complementares, quando necessário, com suas respectivas especificações. Também serão de responsabilidade da contratada os demais produtos constantes nas especificações e planilha de quantitativos, anexos ao edital.

Será obrigação da empreiteira responsável pela execução manter na obra os equipamentos, ferramentas, apetrechos, transporte e equipe de trabalho necessária e suficiente, a fim de permitir o bom andamento dos serviços, dentro do prazo determinado para a execução da obra.

A Prefeitura designará um Fiscal para periodicamente verificar o desenvolvimento da obra bem como sanar as dúvidas que por ventura venham existir, podendo o mesmo rejeitar qualquer serviço que não estiver de acordo com as especificações técnicas ficando responsável pelos prejuízos a empreiteira, que providenciará a imediata recomposição dos serviços rejeitados.

As cotas e dimensões sempre deverão se conferidas "In loco", antes da execução de qualquer serviço.

As especificações, os desenhos dos projetos e as especificações técnicas destinam-se a descrição e a execução das obras e serviços completamente acabados nos termos desta especificação técnica e objeto da contratação, e com todos os elementos em perfeito funcionamento, de primeira qualidade e bom acabamento.

Será de responsabilidade da contratada aportar à obra todo o efetivo humano e material necessário para a correta condução dos trabalhos ao longo de todo o contrato.

### **6. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS**

#### **A. LIMPEZA MECANIZADA DA CAMADA VEGETAL**

- Será feita pela área, em metro quadrado (m<sup>2</sup>), efetivamente desmatada e limpa, medida topograficamente in loco;
- Remover a vegetação e os solos orgânicos resultantes das operações de desmatamento, para os locais de destinação, inclusive carga e descarga.

#### **B. REGULARIZAÇÃO DO SUBLEITO**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI**

- O subleito sobre o qual irá se executar a regularização e compactação deve estar totalmente limpo, sem excessos de umidade e com todas as operações de terraplenagem concluídas;
- A motoniveladora realiza a regularização e nivelamento do subleito;
- Caso o teor de umidade se apresente abaixo do limite especificado em projeto, procede-se com o umedecimento da camada através do caminhão pipa;
- Com o material dentro do teor de umidade especificado em projeto, executa-se a compactação da camada utilizando-se o rolo compactador pé de carneiro, na quantidade de fechas prevista em projeto, a fim de atender as exigências de compactação.

### **C. SUB-BASE DE SOLO ESTABILIZADO GRANULOMETRICAMENTE SEM MISTURA COM MATERIAL DE JAZIDA**

- a) A execução da sub-base compreende as operações de mistura e pulverização, umedecimento ou secagem dos materiais em central de mistura ou na pista, seguidas de espalhamento, compactação e acabamento, realizadas na pista devidamente preparada, na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada.
- b) No caso de utilização de misturas de materiais devem ser obedecidos os seguintes procedimentos: Mistura prévia – Deve ser executada preferencialmente em centrais de mistura próprias para este fim. Caso as quantidades a serem executadas não justifiquem a instalação de central de mistura, a mesma pode ser feita com pá-carregadeira. No segundo caso, a medida-padrão pode ser a concha da pá carregadeira utilizada no carregamento do material. Conhecidos os números da medida-padrão de cada material que melhor reproduza a dosagem projetada, deve ser iniciado o processo de mistura em local próximo a uma das jazidas. Depositam-se alternadamente os materiais, em lugar apropriado e na proporção desejada. A mistura é então processada, revolvendo-se o monte formado com evoluções da concha da pá-carregadeira. Para evitar erros na contagem do número de medidas-padrão dos materiais, recomenda-se que a etapa descrita anteriormente seja executada dosando-se um ciclo da mistura por vez. Após a mistura prévia, o material é transportado, por meio de caminhões basculantes, depositando-se sobre a pista em montes adequadamente espaçados. Segue-se com o espalhamento pela ação da motoniveladora. Mistura na pista - A mistura na pista somente pode ser procedida quando na





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI**

mesma for utilizado material da pista existente, ou quando as quantidades a serem executadas não justificarem a instalação de central de mistura. Inicialmente, deve ser distribuído na pista o material que entra na composição da mistura em maior quantidade. Segue-se o espalhamento do segundo material, em quantidade que assegure o atendimento à dosagem e à espessura pretendida. O material espalhado deve receber adequada conformação, de forma que a camada apresente espessura constante.

- c)** Espalhamento - O material distribuído é homogeneizado mediante ação combinada de grade de discos e motoniveladora. No decorrer desta etapa, devem ser removidos materiais estranhos ou fragmentos de tamanho excessivo.
- d)** Correção e homogeneização da umidade - A variação do teor de umidade admitido para o material para início da compactação é de menos 2 pontos percentuais até mais 1 ponto percentual da umidade ótima de compactação. Caso o teor de umidade se apresente abaixo do limite mínimo especificado, deve-se proceder ao umedecimento da camada com caminhão-tanque distribuidor de água, seguindo-se a homogeneização pela atuação de grade de discos e motoniveladora. Se o teor de umidade de campo exceder ao limite superior especificado, deve-se aerar o material mediante ação conjunta da grade de discos e da motoniveladora, para que o material atinja o intervalo da umidade especificada.
- e)** Concluída a correção e homogeneização da umidade, o material deve ser conformado, de maneira a se obter a espessura desejada após a compactação.
- f)** A espessura da camada compactada não deve ser inferior a 10 cm nem superior a 20 cm. Quando houver necessidade de se executar camadas de sub-base com espessura final superior a 20 cm, estas devem ser subdivididas em camadas parciais. A espessura mínima de qualquer camada de sub-base deve ser de 10 cm, após a compactação. Nesta fase devem ser tomados os cuidados necessários para evitar a adição de material na fase de acabamento.
- g)** Compactação - Na fase inicial da obra devem ser executados segmentos experimentais, com formas diferentes de execução, na sequência operacional de utilização dos equipamentos, de modo a definir os procedimentos a serem obedecidos nos serviços de compactação. Deve se estabelecer o número de passadas necessárias dos equipamentos de compactação para atingir o grau de compactação especificado. Deve ser realizada nova determinação, sempre que houver variação no material ou do equipamento empregado.
- h)** A compactação deve evoluir longitudinalmente, iniciando pelas bordas. Nos trechos em tangente, a compactação deve prosseguir das duas bordas para o



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI**

centro, em percursos equidistantes da linha base, o eixo. Os percursos ou passadas do equipamento utilizado devem distar entre si de forma tal que, em cada percurso, seja coberta metade da faixa coberta no percurso anterior. Nos trechos em curva, havendo superelevação, a compactação deve progredir da borda mais baixa para a mais alta, com percursos análogos aos descritos para os trechos em tangente.

- i)** Nas partes adjacentes ao início e ao fim da sub-base em construção, a compactação deve ser executada transversalmente à linha base, o eixo. Nas partes inacessíveis aos rolos compactadores, assim como nas partes em que seu uso não for recomendável, tais como cabeceiras de pontes e viadutos, a compactação deve ser executada com rolos vibratórios portáteis ou sapos mecânicos.
- j)** Durante a compactação, se necessário, pode ser promovido o umedecimento da superfície da camada, mediante emprego de carro-tanque distribuidor de água. Esta operação é exigida sempre que o teor de umidade estiver abaixo do limite inferior do intervalo de umidade admitido para a compactação.
- k)** Acabamento - O acabamento deve ser executado pela ação conjunta de motoniveladora e de rolos de pneus e liso-vibratório. A motoniveladora deve atuar, quando necessário, exclusivamente em operação de corte, sendo vetada a correção de depressões por adição de material.
- l)** Abertura ao tráfego - A sub-base estabilizada granulometricamente não deve ser submetida à ação do tráfego. A extensão máxima a ser executada deve ser aquela para a qual pode ser efetuado de imediato o espalhamento do material da camada seguinte, de forma que a sub-base já liberada não fique exposta à ação de intempéries que possam prejudicar sua qualidade.

### **D. BASE DE SOLO MELHORADO COM 4% DE CIMENTO E MISTURA NA PISTA COM MATERIAL DE JAZIDA**

A base de solo melhorado com cimento não deve ser submetida à ação do tráfego. A extensão máxima a ser executada deve ser aquela para a qual pode ser efetuado de imediato o espalhamento do material da camada seguinte, de forma que a base já liberada não fique exposta à ação de intempéries que possam prejudicar sua qualidade.

No caso de utilização do solo do próprio subleito ou de solos selecionados com mistura na pista, devem ser obedecidas as seguintes fases de execução:

- a) Preparo da faixa;
- b) Pulverização e homogeneização do solo local ou de empréstimo;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI**

- c) Distribuição de cimento;
- d) Preparo da mistura de solo e cimento utilizando o equipamento de pulverização e homogeneização;
- e) Umedecimento, enleiramento e cura por 72 horas.

Após a cura, o material é distribuído e homogeneizado mediante ação combinada de grade de discos e motoniveladora.

## **7. HABILITAÇÃO**

### Habilitação jurídica

7.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI**

Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.8. Documento de identificação do proprietário/sócios.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

7.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

7.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.13. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.14. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI**

equivalente, na forma da lei.

7.16. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

7.17. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

7.18. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

7.19. Garantia da Proposta, conforme estabelecido no Artigo 58 § 1º da Lei Federal n.º 14.133/2021, no importe de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, que deverá estar em nome do Município de Carauari/Am, com validade de no mínimo 90 (noventa) dias a contar da data de abertura da licitação.

7.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

7.21. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

7.22. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

7.23. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.24. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI**

transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

7.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo essa comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta na forma da Lei.

7.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

7.28. O Licitante deverá designar responsáveis técnicos pela execução do objeto, obrigatoriamente profissionais de engenharia civil ou de arquitetura para a parte geral das obras civis. Tais profissionais devem estar vinculados e devidamente registrados, respectivamente, no CREA ou no CAU como responsáveis técnicos pela execução dos serviços e que estejam habilitados para serviços da natureza do objeto.

7.29. A comprovação do vínculo a que se refere o subitem 8.32 se fará com a apresentação de cópia dos seguintes documentos: contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; carteira de trabalho (CTPS), ficha de registro de empregado ou contrato de prestação de serviço, em que conste a licitante como contratante; ou, ainda, de declaração de contratação futura do responsável técnico, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional;

7.30. Os responsáveis técnicos deverão assumir pessoalmente e diretamente a responsabilidade pela execução dos serviços concernentes às suas respectivas áreas profissionais, incluindo a instrução do pessoal, conferência de medidas, elaboração de



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI**

documentos complementares, garantia do cumprimento das Normas Técnicas de Engenharia e de Segurança do Trabalho e das especificações técnicas deste Projeto Básico, além do fiel cumprimento do prazo contratual e garantia da qualidade técnica;

7.31. Para a habilitação técnica-operacional, as empresas licitantes deverão comprovar habilitação técnica por meio dos seguintes documentos:

7.32. Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados. No caso de a empresa licitante e/ou os responsáveis técnicos não serem registrados ou inscritos no CREA ou no CAU do Estado do Amazonas, somente serão exigidos os respectivos vistos no CREA/AM ou CAU/AM na ocasião da assinatura do Contrato;

7.33. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação;

7.34. Os profissionais responsáveis técnicos vinculados à empresa deverão demonstrar habilitação por meio dos seguintes documentos:

7.35. Certidão de Acervo Técnico (CAT) para o profissional engenheiro civil ou arquiteto, devidamente registrado no CREA ou CAU comprovando que o(s) profissional(ais) indicado(s) pela empresa licitante atuou (aram) como responsável(is) técnico(s) na execução de serviço(s) relativo(s) à execução de obras civis com os aspectos qualitativos indicadas dos itens 8.38 e 8.39.

7.36. Os profissionais apresentados por ocasião das exigências do item 8.32 deverão participar, necessariamente, como responsáveis técnicos pela execução dos serviços contratados, sendo em casos excepcionais admitidas a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior durante a execução da obra;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI**

7.37. O licitante deve, caso solicitado, disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante, contatos de pessoa de referência e local em que foram efetivamente prestados os serviços;

7.38. Não há limitações de tempo, época, local e quantidade de documentos que possam compor os requerimentos de comprovação de Atestados de Capacidade Técnica Operacional da Empresa e a Certidão de Acervo Técnico profissional indicado neste Projeto Básico.

7.39. O licitante deverá indicar, em sua proposta, pelo menos um profissional responsável técnico legalmente habilitado e um encarregado de obras, os quais deverão acompanhar todas as fases da execução contratual. Esses profissionais serão responsáveis pelo acompanhamento técnico dos serviços e pelo atendimento a eventuais questionamentos formulados pela Administração, assumindo as respectivas responsabilidades perante o contrato.

### **DA VISITA TÉCNICA OBRIGATÓRIA**

7.40. Considerando as peculiaridades do local de execução do objeto licitado, será obrigatória a realização de visita técnica, com o objetivo de que as licitantes tenham pleno conhecimento das condições existentes, garantindo a elaboração de proposta adequada e evitando futuros desequilíbrios contratuais.

7.41. A visita técnica deverá ser realizada pelo responsável técnico da empresa licitante, munido de identificação oficial e instrumento de autorização (procuração ou declaração da empresa).

7.42. A visita técnica será agendada previamente junto à Prefeitura Municipal de Carauari, por meio da Secretaria Municipal de Obras, pelo e-mail michael.bentes@gmail.com, e deverá ser acompanhada obrigatoriamente por engenheiro da Prefeitura.

7.43. Ao final da visita, será emitido Atestado de Visita Técnica (ANEXO I), que deverá ser assinado pelo engenheiro responsável da Prefeitura e apresentado obrigatoriamente na fase de habilitação, sob pena de inabilitação.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI**

7.44. A visita deverá ser realizada até 2 dias antes da data de abertura da sessão pública do certame. Não serão aceitos atestados emitidos fora do prazo estabelecido.

7.45. A participação na licitação implica o pleno conhecimento do local e das condições para a execução do objeto, não sendo aceitas, posteriormente, alegações de desconhecimento como justificativa para descumprimento contratual ou solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro.

7.46. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

7.47. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

7.48. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

7.49. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

7.50. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

7.51. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

7.52. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI**

declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

### **8. DOCUMENTOS EM ANEXO**

- I. ATESTADO DE VISITA TÉCNICA;
- II. DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
- III. DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO
- IV. DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA
- V. DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO
- VI. DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS E EQUIPE TÉCNICA
- VII. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELA LIBERAÇÃO AMBIENTAL
- VIII. DECLARAÇÃO DE SUBMISSÃO À FISCALIZAÇÃO

### **9. PLANILHAS QUE COMPOEM O PROJETO BÁSICO**

- I. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA;
- II. PLANILHA DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA;
- III. CRONORAMA FÍSICO FINANCEIRO;
- IV. COMPOSIÇÃO DE B.D.I.;
- V. MEMORIAL DE CÁLCULO.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI**

**ANEXO I**

**ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

Concorrência nº XX/2026

Processo Administrativo nº XX/2026

Objeto: [Descrever o objeto da licitação – ex: construção, reforma, fornecimento com instalação, etc.]

Atesto, para os devidos fins, que a empresa abaixo identificada:

**\*\*Razão Social:\*\*** [Nome da empresa]

**\*\*CNPJ:\*\*** [Número do CNPJ]

**\*\*Representante:\*\*** [Nome do responsável que compareceu à visita]

**\*\*Documento de Identidade:\*\*** [Número do RG ou outro documento oficial]

Realizou visita técnica ao local de execução do objeto licitado, no dia [data], no horário de [horário], tendo sido acompanhada por este profissional técnico da Prefeitura Municipal de Carauari.

Durante a visita, foram prestadas as informações técnicas necessárias para conhecimento pleno das condições físicas, logísticas e operacionais do local, conforme previsto no edital do certame.

Nada mais havendo, firmo o presente Atestado para fins de comprovação da visita técnica obrigatória, conforme exigido no edital da Concorrência nº XX/2026.

[Nome do Engenheiro Responsável] Engenheiro da Prefeitura Municipal de Carauari CREA nº: [número do CREA]	Nome do Engenheiro Responsável Engenheiro da Empresa XXXXXX CREA nº: [número do CREA]
---	---

Carauari/AM, [Data]



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI**

**ANEXO II - DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE  
HABILITAÇÃO**

À Comissão de Contratação da Prefeitura de  
Carauari/AM Ref.: Concorrência Pública Eletrônica nº  
00X/2026

A empresa, \_\_\_\_\_ (endereço completo, CNPJ, inscrição estadual ou municipal), DECLARA, sob as penas cabíveis que cumpre todos os requisitos exigidos no Edital para a habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

DECLARA, ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital, ensejará a reparação civil das perdas e danos a Declarante.

Local e data.

Razão Social da Empresa  
Nome do  
responsável/procurador Cargo  
do responsável/procurador



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI**

**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO**

À Comissão de Contratação da Prefeitura de  
Carauari/AM Ref: Concorrência Pública Eletrônica nº  
00X/2026

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço Completo), inscrita no  
CNPJ sob nº ....., neste ato representada pelo seu  
(representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, DECLARA, para  
fins

de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em  
situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância o  
disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se  
estabeleceu no art. 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não empregando  
menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega  
menor

de dezesseis anos.

Ressalva:

A empresa emprega em seu quadro menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na  
condição de aprendiz ( ). (Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva)  
Por ser verdade assina a

presente. Local e data.

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI**

**ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

À Comissão de Contratação da Prefeitura de  
Carauari/AM Ref.: Concorrência Pública Eletrônica nº  
00X/2026

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), como representante devidamente constituído de (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE) doravante denominada “Licitante”, para fins do disposto no Edital da Concorrência Pública Eletrônica nº 00X/2026, declara, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência Pública Eletrônica nº 00X/2026, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência Pública Eletrônica nº 00X/2026, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência Pública Eletrônica nº 00X/2026 quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato, da Concorrência Pública Eletrônica nº 00X/2026 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura de Carauari/AM antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data.

Assinatura e carimbo do emissor

*Michael de Souza Bentes*  
Engenheiro Civil - CREA 5511-D AM/RR



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI**

**ANEXO V - DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO**

À Comissão de Contratação da Prefeitura de  
Carauari/AM Ref.: Concorrência Pública Eletrônica nº  
00X/2026

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no  
CNPJ sob nº ..., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no  
uso de suas

atribuições legais, DECLARA, sob as penas da Lei, que o Sr.(a) ....., RG nº .....,  
brasileiro, profissão, portador do CPF nº ..... e inscrito do CREA/AM sob o nº .....,  
possui

vínculo com esta empresa, na qualidade de Responsável Técnico, conforme comprova  
mediante atestado emitido pelo CREA/AM em anexo.

Declaramos em atendimento ao previsto no Edital da Concorrência Pública Eletrônica  
nº 00X/2026, que o (a) profissional acima qualificado é o (a) nosso (a) indicado (a) com  
Responsável Técnico para acompanhar a execução dos serviços, objeto da licitação em  
apreço.

Local e data.

Razão Social da Empresa  
Nome do  
responsável/procurador Cargo  
do responsável/procurador





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI**

**ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS E EQUIPE TÉCNICA**

À Comissão de Contratação da Prefeitura de  
Carauari/AM Ref.: Concorrência Pública Eletrônica nº  
00X/2026

Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no  
CNPJ sob nº ... , neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no  
uso de suas

atribuições legais, DECLARA, sob as penas da Lei, que na data da Ordem de Serviços  
possuirá e estará disponível no local onde se executarão as obras e serviços objeto  
desta licitação, pessoal técnico especializado e equipamentos considerados essenciais  
para o cumprimento do futuro termo de contrato.

Acompanha a presente Declaração, a relação da equipe técnica que se encarregará da  
execução das obras e fornecimentos, com indicação de cada profissional a respectiva  
qualificação, a função e o tempo de atividade na função

Local e data.

Razão Social da Empresa  
Nome do  
responsável/procurador Cargo  
do responsável/procurador



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI**

### **ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELA LIBERAÇÃO AMBIENTAL**

À Comissão de Contratação da Prefeitura de  
Carauari/AM Ref.: Concorrência Pública Eletrônica nº  
00x/2026

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº ..., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, por seu representante legal, infra-signatário declara, sob as penas da Lei e para os devidos fins de direito que:

- I. Conhece a legislação pertinente aos elementos de defesa e preservação do meio ambiente em nível federal, estadual e municipal;
- II. Tomou conhecimento das restrições, normas e proposições relativas à preservação do meio- ambiente do local e região onde se realizarão as obras e serviços objeto licitação em epígrafe;
- III. Assume a responsabilidade de obediência à legislação, às normas explicitadas pela Prefeitura Municipal de Carauari/AM, e pelos órgãos específicos de controle ambiental;
- IV. Responsabiliza-se pelo cumprimento do conteúdo no Relatório de Impacto de Meio-Ambiente, a solicitação do atestado de sua liberação, autorização de obras e demais requisitos necessários à regulamentação das obras e serviços e das ações previstas na legislação e nesta licitação, caso seja isso necessário.

Declara, também, que assume sem repasse a Prefeitura Municipal de Carauari/AM, toda a responsabilidade por danos e ônus, que venha a ser associado às obras e serviços objeto da Concorrência Pública Eletrônica nº 00X/2026, motivados pelo não cumprimento dos dispositivos normativos previstos nesta declaração.

Local e data.

Razão Social da Empresa  
Nome do  
responsável/procurador Cargo  
do responsável/procurador



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI**

**ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE SUBMISSÃO Á FISCALIZAÇÃO**

À Comissão de Contratação da Prefeitura de  
Carauari/AM Ref.: Concorrência Pública Eletrônica nº  
00X/2026

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no  
CNPJ sob nº ..., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no  
uso de suas  
atribuições legais, DECLARA, que se submete á fiscalização e controle da  
Administração Municipal

Local e data.

Razão Social da Empresa  
Nome do  
responsável/procurador Cargo  
do responsável/procurador